

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
ALBERTO SANTOS DUMONT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros do
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont
Macaíba - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 17 de abril de 2018 com opinião sem ressalva. Conforme nota explicativa nº 03, essas demonstrações contábeis foram reapresentadas para refletir a apresentação líquida dos ativos e passivos referente a contratos de gestão não realizados e a apresentação de operações com voluntariado no grupo de receitas operacionais, conforme requerimento do ITG 2002 (R1).

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - RN


Jairo da Rocha Soares
Contador - CRC 1 SP 120458/O -6-S - RN

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	
		2018	(reapresentado)			2018	(reapresentado)
Circulante - Recursos com restrição				Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC				Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.590.513	11.516.690	Contrato de Gestão	13	16.862.253	16.238.779
Adiantamentos e Outros Créditos	6	96.887	480.893	Obrigações Tributárias	9	12.177	64.534
		9.687.400	11.997.583	Obrigações Sociais	10	171.673	489.906
				Contas a Pagar	11	167.653	858.232
Verba FMS Macaíba				Provisões de Férias e Encargos	12	573.014	834.673
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.781.693	2.593.608			17.786.770	18.486.124
Adiantamentos e Outros Créditos	6	18.443	2.430	Verba FMS Macaíba			
		2.800.136	2.596.038	Contrato FMS Macaíba	13	2.623.458	2.216.952
				Obrigações Tributárias	9	-	398
Circulante - Recursos sem restrição				Obrigações Sociais	10	37.032	34.107
Verba Livre				Contas a Pagar	11	18.464	315.727
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	26.161	8.925	Provisões de Férias e Encargos	12	145.218	53.313
		26.161	8.925			2.824.172	2.620.497
Verba Prefeitura				Circulante - Recursos sem restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	243.259	251.169	Verba Livre			
Valores a Receber	5	141.734	38.901	Contas a Pagar	10	-	1.289
		384.993	290.070			-	1.289
Não circulante - Recursos com restrição				Verba Prefeitura			
Contrato de Gestão - MEC				Obrigações Tributárias	9	1.012	350
Intangível	8	14.660	11.680	Obrigações Sociais	10	1.290	-
Imobilizado	8	9.073.138	7.020.468	Contas a Pagar	11	22.555	6.735
(-) Depreciação Acumulada	8	(988.427)	(542.830)			24.857	7.085
Bens de Terceiros	7.1	19.318.731	18.976.395	Não circulante - Recursos com restrição			
Bens de Terceiros - UFRN	7.2	65.411.455	68.698.979	Contrato de Gestão - MEC			
Bens de Terceiros - Prefeitura Natal	7.3	-	1.600	Contrato de Gestão - MEC			
(-) Ajuste Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	7	(8.519.033)	(23.328.160)	Bens de Terceiros	7.1	19.318.731	18.976.395
Bens Administrados de Terceiros	8	105.090	292.011	Bens de Terceiros - UFRN	7.2	65.411.455	68.698.979
		84.415.614	71.130.143	Bens de Terceiros - Prefeitura Natal	7.3	-	1.600
				(-) Ajuste Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros		(8.519.033)	(23.328.160)
Verba FMS Macaíba				Bens Administrados de Terceiros		105.090	292.011
Imobilizado	8	27.609	24.288			76.316.243	64.640.825
(-) Depreciação Acumulada	8	(3.573)	(867)	Não circulante - Recursos sem restrição			
		24.036	23.421	Verba Livre			
Não circulante - Recursos sem restrição				Bens Recebidos em Doação- a realizar		586	806
Verba Livre						586	806
Imobilizado	8	1.099	1.099	Patrimônio líquido	19		
(-) Depreciação Acumulada	8	(513)	(293)	Patrimônio Social- Prefeitura		379.933	303.531
		586	806	Patrimônio Social- Verba Livre		26.161	7.374
Verba Prefeitura						406.094	310.905
Imobilizado	8	22.732	21.233				
(-) Depreciação Acumulada	8	(2.936)	(688)				
		19.796	20.545				
Total do ativo		97.358.722	86.067.531			97.358.722	86.067.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativa	2018	2017 (reapresentado)
Receita Bruta Prestação de Serviços Saúde			
Receita Operacional - MEC			
Contrato de Gestão	20	12.209.425	21.256.594
Voluntários(+)	20	19.866	32.800
Isonções (+)	20	553.801	-
		12.783.092	21.289.394
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)			
Prestação de Serviços		162.325	166.319
Convenio Prefeitura		360.004	-
(-) Cofins		(4.300)	(4.990)
		518.029	161.329
Receita Operacional - Verba Livre	-		
Doações		12.935	220
		12.935	220
Receita Operacional - FMS Macaíba			
Contrato FMS Macaíba	20	2.192.315	894.764
		2.192.315	894.764
Receita Líquida	20	15.506.371	22.345.707
Despesas Operacionais - MEC	21		
Despesas Gerais - Sede		(2.575.526)	(3.889.719)
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba		(4.831.905)	(4.077.061)
Despesas Gerais - CEP Saude		(3.705.077)	(4.243.032)
Despesas Gerais - CEC Macaíba		(78.714)	(1.848.553)
Despesas Gerais - CEC Serrinha		(186.093)	(2.118.767)
Despesas Gerais - CEC Natal		(207.045)	(3.976.172)
Despesas Gerais - Campus do Cerebro		(625.065)	(1.103.290)
Voluntários(-)	21	(19.866)	(32.800)
Isonções (-)	21	(553.801)	-
		(12.783.092)	(21.289.394)
Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS)	21		
Despesas Administrativas		(454.035)	(18.724)
Despesas Tributárias		(2.255)	(2.654)
		(456.290)	(21.378)
Despesas Operacionais - Verba Livre	21		
Despesas Administrativas		(32.715)	(19.578)
Despesas Tributárias		(95)	(392)
		(32.810)	(19.970)
Despesas Operacionais - FMS Macaíba	21		
Despesas Administrativas		(402.191)	(87.644)
Despesas com Pessoal		(1.766.550)	(783.523)
Despesas Tributárias		(22.226)	(22.942)
Despesas Financeiras		(1.348)	(655)
		(2.192.315)	(894.764)
(=) Superávit antes do resultado financeiro		41.864	120.201
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)	22		
Receitas financeiras		15.665	10.609
Despesas financeiras		(1.003)	(1.144)
		14.662	9.465
Resultado financeiro - Verba Livre			
Receitas financeiras		962	1.467
Despesas financeiras		(2.030)	(557)
		(1.068)	910
Outras Receitas/Despesas - Verba Livre			
Outras Receitas		39.469	4.060
		39.469	4.060
Superávit do exercício		94.927	134.636

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	176.269	176.269
Transferência entre contas	176.269	(176.269)	-
Superávit do exercício	-	134.636	134.636
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>176.269</u>	<u>134.636</u>	<u>310.905</u>
Transferência entre contas	134.636	(134.636)	-
Ajuste de exercícios anteriores	262	-	262
Superávit do exercício	-	94.927	94.927
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>311.167</u></u>	<u><u>94.927</u></u>	<u><u>406.094</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	94.927	134.636
I tens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	452.794	249.791
	<u>547.721</u>	<u>384.427</u>
Variações nos ativo e passivo - MEC		
Variações de Verba a receber	-	22.500.000
Variações de outras contas do ativo circulante	384.009	(103.686)
Variações de Obrigações Tributárias	(52.357)	36.003
Variações de Obrigações Sociais	(318.232)	32.733
Variações de Contas a Pagar	(690.579)	356.326
Variações de Provisões de Férias e Encargos	(261.659)	(457.398)
	<u>(938.818)</u>	<u>22.363.978</u>
Variações das contas de ativo e passivo - Prefeitura		
Variações de Valores a Receber	(102.833)	68.344
Variações de Obrigações Tributárias	661	201
Variações de Obrigações Sociais	1.290	-
Variações de Contas a Pagar	15.820	6.735
	<u>(85.062)</u>	<u>75.280</u>
Variações das contas de ativo e passivo - Verba FMS Macaíba		
Variações de Outros Créditos	(16.013)	(2.430)
Variações de Obrigações Tributárias	(398)	398
Variações de Obrigações Sociais	2.924	34.107
Variações de Contas a Pagar	(297.263)	315.727
Variações de Provisões de Férias e Encargos	91.905	53.313
	<u>(218.845)</u>	<u>401.115</u>
Variações das contas de ativo e passivo - Verba FMS Macaíba		
Variações de contas a pagar	(1.289)	1.289
	<u>(1.289)</u>	<u>1.289</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(696.293)</u>	<u>23.360.725</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição Imobilizado Tangível-MEC	(2.058.477)	(4.603.304)
Aquisição Imobilizado Intangível-MEC	(2.980)	(6.260)
Aquisição Imobilizado Tangível-Prefeitura	(1.499)	(21.233)
Aquisição Imobilizado Tangível-Verba FMS Macaíba	(3.321)	(24.288)
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	5.807	106.894
Baixa de Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado	(2.023)	-
Baixa de Administrados de Terceiros	186.921	-
Baixa de Bens de Terceiros	(11.862.340)	8.358.698
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(13.737.912)</u>	<u>3.810.507</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Contrato de Gestão - MEC	12.298.115	(28.062.079)
Recursos Verba FMS Macaíba	407.544	2.216.952
Bens Recebidos em Doação a Realizar	(220)	(220)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>12.705.439</u>	<u>(25.845.347)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.728.766)</u>	<u>1.325.885</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.370.392	13.044.513
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.641.626	14.370.392
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.728.766)</u>	<u>1.325.879</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (“Entidade”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como OS (Organização Social) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, através de decreto presidencial de 27 de fevereiro de 2014 e publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 25000.496616/2017-51, publicado através da Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e suas interfaces com neurociências, neuroengenharia e reabilitação motora sensorial, visando a formação de profissionais da área de saúde.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão tendo o Ministério da Educação – MEC atuando na qualidade de Órgão Supervisor e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN atuando na qualidade de Órgão Interveniente, com o objetivo de realizar a implantação e gerir o funcionamento do Campus do Cérebro, que desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma área de 99,5 hectares, no município de Macaíba-RN. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31 de dezembro de 2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019.

No âmbito da assistência em saúde, o CEPS Anita Garibaldi foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III o qual oferece assistência a 03 tipos de deficiências: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 26 de abril de 2019.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

A adoção deste IFRS 9 trouxe apenas impactos conceituais e não de contabilizações para a Empresa, logo, não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Empresa são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado são compostos por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

2.6. Contas a receber

As contas a receber da Organização são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7. Os terrenos não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Empresa. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. O Instituto não tem causa prováveis ou possíveis estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As Receitas e Despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude do Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. A Entidade está em processo de avaliação dos impactos da adoção dessa norma.

3. Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Entidade está reapresentando os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 1º de dezembro de 2017, em função da correção de erros identificados durante o exercício de 2018. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Empresa em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2017		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão – MEC	(i) 54.656.209	(54.656.209)	-
Outros ativos circulantes	14.892.616	-	14.892.616
Total do ativo circulante	69.548.825	(54.656.209)	14.892.616
Não circulante			
Ativos não circulantes	71.174.915	-	71.174.915
Total do ativo não circulante	71.174.915	-	71.174.915
Total do ativo	140.723.740	(54.656.209)	86.067.531
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão	(i) 70.894.988	(54.656.209)	16.238.779
Outros passivos circulantes e não circulantes	69.517.847	-	69.517.847
Patrimônio social	310.905	-	310.905
Total do passivo e patrimônio social	140.723.740	(54.656.209)	86.067.531

	Original	Ajustes	Reapresentado
Resultado			
Receita operacional MEC			
Contrato de Gestão	21.256.594	-	21.256.594
Voluntários(+) (ii)	-	32.800	32.800
Isonções (+)	-	-	-
Receita Operacional – Prefeitura (SUS)			
Prestação de Serviços	166.319	-	166.319
Convenio Prefeitura	-	-	-
(-) Cofins	(4.990)	-	(4.990)
Receita operacional – Verba livre	220	-	220
Receita operacional – FMS Macaíba	894.764	-	894.764
Receita Líquida	22.312.907	-	22.345.707
Despesas operacionais – MEC			
Despesas gerais	(21.289.394)	-	(21.256.594)
Voluntários (+) (ii)	32.800	(32.800)	-
Voluntários (-)	(32.800)	-	(32.800)
Despesas operacionais – Prefeitura (SUS)	(21.378)	-	(21.378)
Despesas operacionais – Verba livre	(19.970)	-	(19.970)
Despesas operacionais – FMS Macaíba	(894.109)	-	(894.764)
Superávit antes do resultado financeiro	120.856	-	120.201
Resultado financeiro – Prefeitura SUS	9.465	-	9.465
Resultado financeiro – Verba livre	910	-	910
Resultado financeiro – FMS Macaíba	(655)	-	-
Outras receitas/ despesas – Verba livre	4.060	-	4.060
Superávit do período	<u>134.636</u>	<u>-</u>	<u>134.636</u>

Legenda para os ajustes em 31/12/2017:

- i. A entidade está rerepresentando os valores correspondentes relativos a ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em função da melhor apresentação das operações com o Ministério da Educação – MEC no qual é uma das mantenedoras do Instituto.
- ii. A entidade efetuou revisão da apresentação contábil do trabalho voluntário, que deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido desembolso financeiro e após essa revisão foram efetuados ajustes entre linhas de receita e despesa, rerepresentando as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo e 31 de dezembro de 2017 nos termos previstos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS); e do Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde – FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física e Intelectual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS).

	Órgão	2018	2017
Caixa (Sede)			
	MEC	228	243
Caixa (CP – IIN-ELS Macaíba)	MEC	1.808	1.340
Caixa (CP – Saúde)	MEC	1.603	1.418
Caixa (CEC – Macaíba)	MEC	-	790
Caixa (CEC – Serrinha)	MEC	-	654
Caixa (CEC – Natal)	MEC	-	555
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	MEC	396	134.705
Banco do Brasil (APLICAÇÃO)	MEC	9.586.478	11.338.279
Banco do Brasil (POUPANÇA)	MEC	-	38.706
		9.590.513	11.516.690
Caixa	FMS	199	977
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	FMS	48.712	-
Banco do Brasil (APLICAÇÃO)	FMS	2.732.782	2.592.631
		2.781.693	2.593.608
Caixa e Equivalentes de Caixa – Com restrição		12.372.206	14.110.298
Banco do Brasil (APLICAÇÃO)	Recursos próprios	26.161	8.925
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Pref. Mun. Macaíba	-	31.456
Banco do Brasil (APLICAÇÃO)	Pref. Mun. Macaíba	243.259	219.713
Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem restrição		269.420	260.094
		<u>12.641.626</u>	<u>14.370.392</u>

- (a) As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média de 6,42% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

5. Contas, Verbas de Convênios e Parcerias à Receber

	<u>2018</u>	<u>2017 (Reapresentado)</u>
Convênio Prefeitura – Faturamento	11.734	38.901
Convênio Prefeitura – Verba STORCH	130.000	-
	<u>141.734</u>	<u>38.901</u>

- (i) No exercício de 2018, a entidade assinou o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o MEC, que prorrogou a vigência até 31/12/2019, sem alteração do saldo a receber.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento do saldo do Contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	141.734	38.901
	<u>141.734</u>	<u>38.901</u>

6. Adiantamentos e outros créditos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
MEC		
Depósito Caução	-	15.000
Empréstimos à receber – Filiais	14.673	314.727
Adiantamento de férias	57.847	122.726
Adiantamento para Despesas	19.649	16.560
Impostos a Compensar	473	473
Seguros à Apropriar	4.245	11.407
Total MEC	96.887	480.893
FMS		
Adiantamento de férias	18.293	2.430
Adiantamento para Despesas	150	-
Total FMS	18.443	2.430

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2018, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

7. Bens de Terceiros

Conforme a lei 11.638/07 e a resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) os bens comodatos antes classificados no sistema de compensação, passam a integrar o sistema patrimonial em contas específicas de ativo não circulante e passivo não circulante. Por este motivo constam no grupo do ativo imobilizado, subgrupo bens de terceiros e passivo não circulante, subgrupo bens de terceiros, o valor de R\$ 84.730.186 (R\$ 87.676.974 em 2017).

7.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont e a Associação Alberto Santos Dumont Para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento do Instituto, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SEDE	-	4.563
IIN-ELS Macaíba	15.811.639	14.485.934
CEP Saúde	3.507.092	3.316.494
CEC Macaíba	-	201.984
CEC Serrinha	-	484.556
CEC Natal	-	482.864
	<u>19.318.731</u>	<u>18.976.395</u>

Ajuste de vida útil econômica conforme prazo de vigência do A.C.C (10 anos).

7.2. Cessão de uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² (novecentos e noventa e cinco mil metros quadrados) e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do centro de pesquisa de Macaíba.

Consolidação do patrimônio móvel e imóvel
objeto do contrato de cessão ufrn x isd -
projeto campus do cérebro

			Descrição	Qtd	2018	2017
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Orçamento MEC	bens móveis	Mobiliário	663	370.573	370.573
	Orçamento MEC	bens móveis	Equipamentos	52	200.435	200.435
	Orçamento MEC	bens imóveis	Edificação	1	23.345.499	23.345.499
Soma Parcial I					23.916.507	23.916.507
Centro de pesquisa	Orçamento MEC	bens móveis	Equipamentos	13	1.236.783	1.236.783
Equipamentos/Mobiliário antes na posse da AASDAP		bens móveis	Mobiliário/ Equipamentos	240	733.597	733.597
	Orçamento MEC	bens imóveis	Edificação		20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II					22.422.980	22.422.980

Campus do cérebro (terra nua e infraestrutura)		Descrição	Qtd	2018	2017
Gleba de 99,5 ha - sem benfeitorias	bens imóveis	Edificação	1	16.746.927	16.746.927
Rede de Distribuição de Energia	bens imóveis	Obra	1	782.236	782.236
Projetos e Infraestrutura Viária	bens imóveis	Obra	1	1.542.805	1.542.805
Soma Parcial III				19.071.968	19.071.968
Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão ufrn x isd - projeto campus do cérebro					
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO OBJETO DA CESSÃO POR PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III)		BENS IMÓVEIS	5	62.870.067	62.870.067
		BENS MÓVEIS	968	2.541.388	2.541.388
Soma Parcial IV				65.411.455	65.411.455
Projeto piloto (infraestrutura) – cessão de uso provisória – edificações na escola agrícola de Jundiá					
Centros de Educação Científica “Alfredo J. Monteverde” – Unidade Macaíba	BENS IMÓVEIS	Edificação		596.253	596.253
Devolução do Imóvel situado a Rodovia RN 160, KM 03, nº 3.003 – Edifício Escola Alfredo J. Monteverde	BENS IMÓVEIS	Edificação		(596.253)	-
Centro de Pesquisa do Instituto Internacional de Neurociências – Edmond e Lily Safra (IIN-ELS)	BENS IMÓVEIS	Edificação		2.691.270	2.691.270
Devolução do Imóvel situado a Rodovia RN 160, KM 1,5, nº 2.010 – Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS).	BENS IMÓVEIS	Edificação		(2.691.270)	-
Consolidação do patrimônio objeto da cessão por prazo condicionado à Conclusão das obras do campus do cérebro (soma parcial v)				-	3.287.524
Consolidação geral do objeto da cessão (iv + v)				65.411.455	68.698.979

7.3. Termo de Cooperação

Celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Natal-RN e o Instituto, com o objetivo de formalizar as condições básicas para:

- Promoção e a participação de alunos da rede municipal de educação nas oficinas do Centro de Educação Científica (CEC) do ISD - unidade de Natal/RN;
- Manutenção pela SME, do programa passe livre e em alguns casos, de transporte aos alunos das escolas públicas, que frequentam no contra turno escolar, o CEC do ISD - unidade Natal;
- Troca de experiências entre as duas Instituições, com a participação de professores representantes das escolas municipais parceiras, na Formação Continuada do referido CEC;
- Formação de gestores das escolas da SME parceiras do CEC Natal pela equipe de Formação Continuada do CEC/ISD;
- Disponibilização pela SME de uma sala para o trabalho da equipe de coordenação do Centro de Formação Continuada do CEC/ISD.

	Quantidade	VI. Unt	2018	2017
Mesas de Trabalho	3	150	-	450
Cadeiras Giratórias	3	150	-	450
Mesa de reunião redonda	1	100	-	100
Cadeiras Fixas	6	100	-	600
	<u>13</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>1.600</u>

Devido ao encerramento das unidades de Educação Científica, o Termo de Cooperação foi rescindido em 10 de janeiro de 2018.

8. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2018	2017
TANGÍVEL			
Bens em Uso – Verba Livre			
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	20%	1.099	1.099
Depreciação Acumulada		(513)	(293)
Imobilizado Líquido - Verba Livre		586	806
Bens em Uso – Contrato de Gestão			
Maquinas e Equipamentos	10%	285.151	234.872
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	10%	612.259	601.017
Instalações	10%	159.773	159.773
Veículos	20%	78.960	78.960
Equipamentos Médicos	10%	4.319	3.760
Aparelhos Telefônicos	20%	4.980	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	20%	749.571	750.018
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	10%	116.358	116.358
Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN (i)		5.413.433	3.422.397
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	-
Imobilizações em Andamento		-	1.648.333
Amortização/Depreciação Acumuladas		(988.427)	(542.830)
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		8.084.710	6.477.638

Bens em uso – Verba Prefeitura			
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	10%	22.732	21.233
Depreciação Acumulada		(2.936)	(688)
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		19.796	20.545
Bens em uso – Verba FMS Macaíba			
Maquinas e Equipamentos	10%	3.321	-
Equipamentos Médicos	10%	24.288	24.288
Depreciação Acumulada		(3.573)	(867)
Imobilizado Líquido - Verba FMS Macaíba		24.036	23.421
INTANGÍVEL			
Marcas e Patentes		14.660	11.680
Intangível – Contrato de Gestão		14.660	11.680

- (i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.
A amortização/depreciação total do período, lançada em despesas é de R\$ 452.794 (R\$ 249.791 em 2017).

A movimentação do Ativo Imobilizado no exercício de 2018 segue:

	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
TANGÍVEL					
Bens em Uso – Verba Livre					
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	1.099	-	-	-	1.099
Total Verba Livre	1.099	-	-	-	1.099
Bens em Uso – Contrato de Gestão					
Maquinas e Equipamentos	234.872	50.279	-	-	285.151
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	601.017	12.304	(1.062)	-	612.259
Instalações	159.774	-	-	-	159.774
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos Médicos	3.760	559	-	-	4.319
Aparelhos Telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	750.018	4.298	(4.745)	-	749.571
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	116.358	-	-	-	116.358
Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN ¹	3.422.397	1.991.036	-	-	5.413.433
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	-	-	-	1.648.333	1.648.333
Imobilizações em Andamento	1.648.333	-	-	(1.648.333)	-
Total Contrato de Gestão	7.020.469	2.058.476	(5.807)	-	9.073.138
Bens em uso – Verba Prefeitura					
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	21.233	1.499	-	-	22.732
Total Prefeitura	21.233	1.499	-	-	22.732
Bens em uso – Verba FMS Macaíba					
Maquinas e Equipamentos	-	3.321	-	-	3.321
Equipamentos Médicos	24.288	-	-	-	24.288
Total FMS	24.288	3.321	-	-	27.609
INTANGÍVEL					
Marcas e Patentes	11.680	2.980	-	-	14.660
Total Intangível	11.680	2.980	-	-	14.660

9. Obrigações tributárias

	2018	2017
Contrato de gestão		
COFINS a recolher	-	2.119
PIS/COFINS/CSLL à Recolher	6.221	14.711
IRRF à recolher	1.156	6.109
ISS à recolher	4.800	41.595
	12.177	64.534
Verba prefeitura		
COFINS a recolher	-	240
PIS/COFINS/CSLL à Recolher	-	99
IRRF à Recolher	-	11
ISS à Recolher	1.012	-
	1.012	350
Verba FMS – Macaíba		
COFINS a recolher	-	398
	-	398
	<u>13.189</u>	<u>65.282</u>

10. Obrigações sociais

	2018	2017
Contrato de gestão		
Salários à pagar	-	165
INSS à recolher	21.484	257.171
FGTS à recolher	41.825	47.409
IRRF s/ folha à recolher	98.209	130.401
PIS s/ folha à recolher	-	11.859
Diárias à pagar	-	653
INSS à recolher – terceiros	10.155	42.248
	171.673	489.906
Verba prefeitura		
INSS à recolher – terceiros	1.290	-
	1.290	-
Verba FMS - Macaíba		
IRRF s/ folha à recolher	15.673	5.233
INSS à recolher	8.532	21.063
FGTS à recolher	12.718	6.943
PIS s/ folha à recolher	-	868
INSS à recolher – terceiros	109	-
	37.032	34.107
	<u>209.995</u>	<u>524.013</u>

11. Contas a pagar

	2018	2017
Verba livre		
Empréstimo a Pagar – Filiais	-	1.289
	-	1.289
Contrato de gestão		
Contas a Pagar	142.505	810.539
Aluguéis a Pagar	-	22.838
Seguros a Pagar	25.148	24.855
	167.653	858.232
Verba prefeitura		
Contas a Pagar	22.555	6.735
	22.555	6.735
Verba FMS - Macaíba		
Contas a Pagar	3.791	2.289
Empréstimo a Pagar – Filiais	14.673	313.438
	18.464	315.727
	<u>208.672</u>	<u>1.181.983</u>

12. Provisão de férias e encargos

	2018	2017
Contrato de gestão		
Férias	530.569	618.234
INSS s/ Férias	-	160.960
FGTS s/ Férias	42.445	49.296
PIS s/ Férias	-	6.183
Verba FMS – Macaíba		
Férias	134.462	39.125
INSS s/ Férias	-	10.502
FGTS s/ Férias	10.756	3.295
PIS s/ Férias	-	391
	<u>718.232</u>	<u>887.986</u>

13. Contrato de Gestão / Contrato FMS Macaíba - Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes do contrato de gestão firmado com o MEC e do termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba - RN, e tem como objetivo principal, operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

Exercício	Concedente	Recebido	Realizado
2018	Governo Federal – MEC	12.000.000	12.209.425
2018	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.400.000	2.192.315
2017	Governo Federal – MEC	22.500.000	21.256.594
2017	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	3.000.000	894.764
2016	Governo Federal – MEC	20.000.000	19.871.845
2015	Governo Federal – MEC	-	18.626.812
2014	Governo Federal – MEC	29.693.901	4.027.705
		<u>89.593.901</u>	<u>79.079.460</u>

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2018	2017
Contrato de gestão (Nota 20)	16.862.253	16.238.779
Contrato FMS Macaíba (Nota 20)	2.623.458	2.216.952
	<u>19.485.711</u>	<u>18.455.731</u>

Valor Realizado, referente às subvenções recebidas:

	2018	2017
Contrato de gestão	12.209.425	21.256.594
Contrato FMS Macaíba	2.192.315	894.764
	<u>14.401.740</u>	<u>22.151.358</u>

14. Provisão Para Passivos Contingentes (Resolução CFC nº 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica do Instituto, não são esperadas perdas prováveis que devessem ser registradas e causas possíveis para divulgação em nota explicativa nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

15. Áreas de atuação

15.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o CEPS realizou 45.490 atendimentos, exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: Pré-natal; Serviço de Assistência Especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS (SAE Materno-infantil); Infectologia na Gravidez; Medicina Fetal; Puericultura; Pediatria; Neurologia Infantil; Eletroencefalografia; Ultrassonografia; Fisioterapia em Neuropediatria e Estimulação Precoce do Recém-nascido; Fisioterapia na Saúde da Mulher; Psicologia Adulto e Infantil; Serviço Social e Laboratório de Análises Clínicas.

Durante o ano, foram recebidos 284 alunos dos cursos de graduação da UFRN para o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo 195 estudantes de Medicina, 80 de Fisioterapia e 9 de Psicologia, superando a meta pactuada no Contrato de Gestão, 270. As ações e programas de integração ensino-pesquisa-extensão e de ação social e comunitária alcançaram 7.875 beneficiários diretos.

15.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba:

Com a missão de produzir conhecimento em neurociências e neuroengenharia para promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o IIN-ELS manteve o curso de Mestrado em Neuroengenharia, pioneiro no Brasil, credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), iniciou o ano com 34 alunos sendo somados outros 21 alunos matriculados no ano. Quatorze alunos defenderam a dissertação e houve uma desistência resultando em 40 alunos que permaneceram matriculados ao final do ano.

Foram publicados 11 artigos científicos em periódicos indexados e 4 capítulos de livros, com 100% de pesquisadores autores, superando a meta pactuada de 80%. No mais, novos laboratórios foram abertos para usuários externos, alcançando 2,9% de ocupação das instalações por colaborações com pesquisadores de outras instituições, dentro da meta pactuada.

15.3. Atendimentos no âmbito da saúde

A atividade para fins de CEBAS do Instituto Santos Dumont, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, unidade exclusiva para atendimento ambulatorial.

Devido ao fato do atendimento ser somente para usuários SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido:

	<u>2018</u>
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	28.638
Quantidade de procedimentos ambulatoriais não SUS	-
Ambulatorial SUS	28.638
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

16. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão – MEC, Verba Prefeitura e Verba FMS - Macaíba

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

17. Seguros

A Instituição mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

18. Avais, fianças e garantias

A Instituição não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não possuíam em 31 de dezembro de 2018, quaisquer transações como interveniente garantidora.

19. Patrimônio Líquido

19.1. Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 406.094 (R\$ 310.905 em 2017). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do superávit do exercício anterior com aumento do patrimônio social no exercício vigente.

19.2. Destinação do superávit/aumento de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

20. Receita

	2018	2017 (Reapresentado)
Receita Operacional – MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 13)	12.209.425	21.256.594
Voluntários (+)	19.866	32.800
Isenções	553.801	-
	<u>12.783.092</u>	<u>21.289.394</u>
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	162.325	166.319
Convenio Prefeitura	360.004	-
(-) Cofins	(4.300)	(4.990)
	<u>518.029</u>	<u>161.329</u>
Receita Operacional - Verba Livre		
Doações	12.935	220
	<u>12.935</u>	<u>220</u>
Receita Operacional - FMS Macaíba		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 13)	2.192.315	894.764
	<u>2.192.315</u>	<u>894.764</u>
Receita Líquida	<u><u>15.506.371</u></u>	<u><u>22.345.707</u></u>

21. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017 (Reapresentado)
Resumo das despesas operacionais		
Gastos com pessoal e encargos	(9.439.169)	(14.940.150)
Depreciação e amortização	(452.794)	(249.791)
Serviços profissionais	(3.641.954)	(4.664.068)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(505.088)	(634.842)
Locações Diversas	(81.032)	(119.605)
Despesas administrativas	(584.702)	(1.066.228)
Despesas com Viagens	(60.387)	(85.870)
Despesas Tributárias	(124.365)	(431.500)
Voluntários	(19.866)	(32.800)
Isenções	(553.801)	-
	<u>(15.463.158)</u>	<u>(22.224.854)</u>
Detalhamento das despesas operacionais:		
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(2.575.526)	(3.889.719)
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba	(4.831.905)	(4.077.061)
Despesas Gerais - CEP Saude	(3.705.077)	(4.243.032)
Despesas Gerais - CEC Macaíba	(78.714)	(1.848.553)
Despesas Gerais - CEC Serrinha	(186.093)	(2.118.767)
Despesas Gerais - CEC Natal	(207.045)	(3.976.172)
Despesas Gerais - Campus do Cerebro	(625.065)	(1.103.290)
Voluntários	(19.866)	(32.800)
Isenções	(553.801)	-
	<u>(12.783.092)</u>	<u>(21.289.394)</u>
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(454.035)	(18.724)
Despesas Tributárias	(2.255)	(2.654)
	<u>(456.290)</u>	<u>(21.378)</u>
LIVRE		
Despesas Administrativas	(32.715)	(19.578)
Despesas Tributárias	(95)	(392)
	<u>(32.810)</u>	<u>(19.970)</u>
FMS - Macaíba		
Despesas Administrativas	(402.191)	(87.644)
Despesas com Pessoal	(1.766.550)	(783.523)
Despesas Tributárias	(22.225)	(22.942)
	<u>(2.190.966)</u>	<u>(894.109)</u>
	<u><u>(15.463.158)</u></u>	<u><u>(22.224.854)</u></u>

22. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras – Prefeitura	15.665	10.609
Rendimento com aplicações financeiras – Verba livre	962	1.467
	<u>16.627</u>	<u>12.076</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias – Prefeitura SUS	(1.003)	(1.144)
Despesas bancárias – Verba livre	(2.030)	(557)
	<u>(3.033)</u>	<u>(1.701)</u>
Resultado financeiro	<u><u>13.594</u></u>	<u><u>10.375</u></u>

23. Voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2018 corresponde a R\$ 19.866 (Dezenove mil, oitocentos e sessenta e seis reais). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecida na receita e na despesa.

24. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

24.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

24.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

24.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não está sujeita aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

25. Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, o Instituto obteve em 04 de outubro de 2018 o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que tem validade por 3 (três) anos.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 553.801, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

25.1. Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, III, § 7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

26. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2018 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 26 de abril de 2019.

O Instituto apresentou minuta referente ao 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o MEC. Tal documento visa assegurar a continuidade do fomento das atividades e projetos previstos, mediante definição de novas diretrizes do Órgão Supervisor, atualização do Plano de Ações, adequação do quadro de indicadores e repactuação de metas e o repasse de recursos.